

O BURGO MEDIEVAL REVISITADO POR UM ROMÂNTICO OU A PROCURA DA IDENTIDADE PORTUENSE

Adelaide Pereira Millán da Costa*

Percorrendo os textos historiográficos dos anos sessenta sobre o Porto medieval, ressalta a menção à novela de Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*. Os profissionais da História, cem anos passados sobre a sua edição, reproduzem documentos publicados nesse romance e consideram que nele se cristalizam ou fundam velhas tradições portuenses¹. Ou seja, para a historiografia, essa obra catalogável como ficcional constitui uma referência.

Revisitemos a novela, filiando a sua abordagem num projecto que visa fixar os momentos e desmontar as condições de produção de discursos sobre a cidade do Porto: discursos que apresentam a singularidade de moldar ou reflectir uma espécie de arquitectura mental estruturante da auto imagem dos portuenses.

Em trabalho anterior, considerou-se o processo de cristalização de uma mensagem política da lavra dos autarcas quatrocentistas do burgo. Esta traduzia-se no hiperbolizar do papel desempenhado pelo Porto aquando da crise de 1383/85, elevando-o a sustentáculo da independência do reino, numa clara colagem da cidade aos propósitos da dinastia de Avis. Ainda que tal discurso, no momento em que foi produzido, visasse um propósito imediato, a verdade é que foi objecto de uma fecunda utilização posterior².

* Universidade Aberta

¹ Cf. António Cruz, "O Porto na génese dos Descobrimentos", in *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, vol. VII, Porto, 1960, pp. 23, 68 e 70; Damião Peres, "O Porto, cidade episcopal: séculos XII a XIV" in *História da Cidade do Porto*, vol. 1, p. 218; Luís de Pina, "Assistência e arte na cidade do Porto dos séculos XII a XIV", in *ibid.*, p. 534; Damião Peres, "O Século XV: uma 'república urbana', in *ibid.*, vol. 2, p. 61.

² *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999, pp. 94 e ss.

Numa comunicação apresentada no CEHI há dois anos, a análise foi orientada para a pesquisa de certos esteios que suportam o imaginário social portuense. Ensaiou-se, para tanto, individualizar alguns momentos de constituição de um património mental assente em factos historicizados³.

Respeitando a linha de investigação enunciada, o presente estudo objectiva-se num texto ficcional — *A Última Dona de S. Nicolau*⁴.

O escritor portuense Arnaldo Gama⁵ norteou a sua produção⁶ pelo intuito de ensinar história a uma ampla audiência, utilizando o romance como veículo⁷.

³ “Circularidades da Memória. Entre o impensado social e a formalização”, in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, n.º 3, *Memória e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 135-141.

⁴ Porto, Typographia do Comércio, 1864 (com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século xv*). A obra foi reeditada em 1899 (Lisboa, Livraria Editora — com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século xv*), em 1933 (Porto, Imprensa Nacional), em 1937 (Porto, Livraria Tavares Martins, Edição Popular), em 1950 (Porto, Livraria Simões Lopes) e em 1973 (*Obras de Arnaldado Gama*, vol. I, Lello & Irmão — Editores). Utiliza-se neste estudo a edição de 1937.

⁵ Viveu entre 1828 e 1869. Notas biográficas e estudos sobre a obra de Arnaldo Gama encontram-se nos seguintes títulos: Agustina Bessa Luís, “Arnaldo Gama — Gente de Bem”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo XXI, Lisboa, 1980, pp. 179-188; Álvaro Manuel Machado, “Arnaldo Gama” in *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 208-209; António Baião, *Como Arnaldo Gama escreveu o romance histórico “O Sargento-mór de Vilar: confissão inédita do próprio autor”*, sep. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo III, Lisboa, II, 1938; Artur de Magalhães Basto, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; Carlos de Passos, *Dois românticos. Garrett e Arnaldo Gama*, Porto, 1957; Carlos de Passos, prefácio a Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1950; Fernão Dantas da Gama, “Arnaldo Gama. Escritor portuense”, introdução a *Obras de Arnaldo Gama*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. V-LVII; Helena Carvalhão Buescu, “Arnaldo Gama” in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 201-203; Hernani Cidade, “Arnaldo Gama” in *Dicionário de Literatura*, vol. 2, 4.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1989, p. 360; João Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa (das Origens ao Século xx)*, 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, pp. 315-324; João José Rigaud de Sousa, *O Paço de Nespereira e o “Segredo do Abade” de Arnaldo Gama*, Porto, 1977; Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, col. *Campo da Literatura/Ensaio* — 32, Porto, Campo das Letras — Editores. S.A., 1999, pp. 84 e ss; Maria Leonor Machado de Sousa, estudo de *Paulo, o Montanhês* de Arnaldo Gama, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.

⁶ Para além da obra que será objecto de análise, e cingindo-nos ao romance histórico, Arnaldo Gama foi autor das seguintes obras: *O génio do mal (romance histórico)*, 1856-57;

Tal propósito tinha hipóteses de concretização, antes de mais, pela existência na época de meios de divulgar estas novelas, dado que a imprensa não se alheava da sua publicação⁸.

Este objectivo seria também convergente com uma adivinhada predisposição dos portuenses de Oitocentos para consumirem história, mormente quando esta veiculava a ancestralidade do estatuto liberal do Porto. Com efeito, na primeira metade do século XIX, uma sucessão de acontecimentos permitiu alicerçar o papel da cidade enquanto líder de movimentações políticas de âmbito nacional. Lembremos os seus desempenhos na luta contra os franceses em 1808, no pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, na revolta de 1828 de apoio à *Carta*, na resistência ao cerco da cidade feita pelas tropas miguelistas em 1833, na liderança da Patuleia, no levantamento de 1850, para só referir episódios que antecederam a primeira edição da obra⁹.

Paralelamente, o Porto foi objecto de investimentos urbanísticos aos quais não seria estranha a concorrência com a capital: constrói-se a Bolsa, desenvolvem-se obras na Alfândega, inaugura-se o Palácio de Cristal, apronta-se a estátua de D. Pedro¹⁰.

Um motim ha cem annos (chronica portuense do século XVIII), 1861; *O sargento-mór de Villar: episódio da invasão dos franceses em 1809*, 1863; *O segredo do abade (novela histórica)*, 1864; *A caldeira de Pero Botelho (novela histórica)*, 1869; *O filho do Baldaia (novela histórica)*, 1866; *O bailio de Leça (lenda do século XIV)*, 1872 (assinala-se o ano da primeira edição das obras).

⁷ Arnaldo Gama define novela histórica como: "(...) a verdadeira história para o povo e para aqueles que não cultivam as letras (...)" (*A Última Dona ...* p. 319). Noutro romance, explícita, mais cabalmente o seu pensamento: "(...) Queria .. queria uma novela, um romance histórico, que toda a gente lesse, que toda a gente quisesse ler; porque, enfim, estou convencido que a maneira de ensinar a história àqueles que não se aplicam aos livros, àqueles cuja profissão os arreda de poder fazer estudos sérios e seguidos, é o romanceá-la, dialogando-a, e dando vida à época, dando vida aos personagens, dando vida às localidades (...)" (*Um Motim há Cem Anos*, Porto, Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira Ed., 1949, pp. 11-12).

⁸ De facto, a obra foi dada à estampa, em primeira edição em 1864 e reproduzida em folhetins, entre 1864 e 1865, no *Comércio do Porto* (cf. Prefácio à edição de 1950). Sobre a importância do romance/folhetim durante o período romântico vd. *História crítica da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis, vol. V, *O Romantismo*, dir. Carlos Reis e Maria da Natividade Pires, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, pp. 46-49.

⁹ Cf. Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira, "O Porto Oitocentista", in *História do Porto*, dir. Luís A. De Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 450-520.

¹⁰ Alberto Ferreira, *Perspectivas do romantismo português 1833-1865*, 2.^a ed., Lisboa, Morais Editora, 1971, pp. 313-314.

Os eruditos coevos — financiados pelo poder autárquico — iniciam a publicação de fontes medievais com o claro intuito de as usar como referente da memória histórica da cidade¹¹.

Finalmente, o propósito de Arnaldo Gama deverá ser apreendido à luz do ambiente intelectual em que foi enunciado — o do romantismo — época em que a procura no passado da identidade dos povos — mais propriamente das nações — constitui um princípio orientador de grande parte da produção estética¹².

Recapitulando: um autor portuense pretende ensinar história ao povo; ao tempo, a imprensa facilita a divulgação desses textos, o papel político do Porto intensifica-se, os investimentos urbanísticos aceleram-se, os autarcas empenham-se na edição de documentos relativos à cidade e a recuperação do passado paira sobre as opções estéticas.

Em *A Última Dona de S. Nicolau*, Arnaldo Gama recria o burgo de Quatrocentos. O recurso exclusivo a uma das categorias — *construção ficcional* ou *interpretação cientificamente conduzida sobre o passado* — revela-se inoperante enquanto premissa de análise da obra. De facto, é impossível excluir da novela o uso de métodos de pesquisa histórica: o autor baseia-se em documentos originais — que aliás publica —, faz crítica de fontes. Assume as dificuldades sentidas enquanto investigador do passado para chegar à “realidade” das coisas¹³. E esse aparato erudito não parece limitar-se a produzir a ilusão da historicidade. Dir-se-ia que a novela participa de uma natureza híbrida, veiculando uma *proposta de interligação entre a história e a literatura*¹⁴.

Cumprindo o subtítulo do livro — *Episódios da vida do Porto no século XV* —, a própria cidade assume, não raro, o papel principal, esbatendo-se ou pura e simplesmente esquecendo-se as personagens fictícias e a trama

¹¹ Cf. Adelaide Millán da Costa, *Projeção espacial de domínios ...*, pp. 43-45.

¹² *História crítica da Literatura Portuguesa ...*, pp. 40-43.

¹³ Referindo-se à Alfândega declara: “(...) Ah! Se aquelas pedras, e outras tão velhas como elas, falasse, que de extraordinários segredos não revelariam, que de importantes rectificações não fariam nos livros de história escritos pelos homens. Mas a pedra, a testemunha presencial é muda, e o historiador só tem os factos — as aparências — para colher as informações do passado (...)” (*A Última Dona ...*, p. 210).

¹⁴ Adelaide Millán da Costa, “Arnaldo Gama entre a Literatura e a História: mote para uma reflexão epistemológica”, comunicação apresentada no Colóquio *Literatura e História. Para uma prática interdisciplinar*, organizado pela Universidade Aberta, nos dias 14 a 16 de Novembro de 2002 (comunicação entregue para ser publicada nas actas do colóquio).

romântica¹⁵. Os títulos de alguns capítulos claramente indiciam esta estratégia: *A polícia da cidade*; *A bolsa de comércio do Porto no século xv*; *O senhor da Terra de Santa Maria*; *O fidalgo e os burgueses*; *Pelos privilégios*.

Face ao exposto, torna-se necessário cotejar o que na obra é sustentado em testemunhos documentais e o que resulta da pura imaginação; entendendo este último conceito como uma leitura do real em que factores como a afectividade, o desejo e a intencionalidade actuam livremente.

Como era, então, a cidade do Porto em finais do século xv, à luz da reconstituição veiculada por Arnaldo Gama?

Começemos pelo espaço.

O autor conduz os leitores por um espaço caracterizado de forma sucinta mas exaustivamente nomeado. De facto, a área que a muralha circunda é largamente referida ainda que a única peculiaridade anotada seja a do carácter íngreme, estreito e escuro das ruas¹⁶.

Enuncia vários pontos de entrada e de saída da cidade — as portas¹⁷ e os postigos¹⁸ — e as áreas de circulação¹⁹, não apenas as vias principais mas também vielas e escadas de pedra que ligam as artérias, reflectindo um conhecimento pormenorizado da história do terreno²⁰. Não omite esse traço estruturante da organização do espaço que é o rio de vila²¹.

¹⁵ O que está de acordo com concepções defendidas por Arnaldo Gama: “(...) Já afirmara aos meus amigos que a história, tal qual, dialogada, dava de si um romance, sem outra necessidade mais do que umas ligeiras tintas de enredo amoroso, no caso de lhe faltar (...)” (introd. a *sargento-mór de Villar ...*).

¹⁶ *A Última Dona ...*, p. 47. Nesta e nas notas seguintes apenas se menciona a primeira vez que o autor referencia uma marca do espaço.

¹⁷ Porta da Judiaria (*ibid.*, p. 13); porta do Olival (*ibid.*, p. 250); porta da Ribeira (*ibid.*, p. 243); porta de Santo Elói (*ibid.*, p. 13).

¹⁸ Postigo das Hortas (*ibid.*, p. 13); postigo da Lada (*ibid.*, p. 243).

¹⁹ Rua do Souto (*ibid.*, p. 12); largo do Souto (*ibid.*, p. 250); rua da Ferraria (*ibid.*, p. 13); rua do Olival (*ibid.*, p. 48); ponte de S. Domingos (*ibid.*, p. 102); largo de S. Domingos (*ibid.*, p. 194); rua das Cangostas (*ibid.*, p. 209); rua da Esnoga (*ibid.*, p. 91); rua das Eiras (*ibid.*, p. 107); rua Nova (*ibid.*, p. 146); Ribeira (*ibid.*, p. 276); rua dos Mercadores (*ibid.*, p. 235); largo das Aldas (*ibid.*, p. 276); rua de Trás da Sé (*ibid.*, p. 278); rua de Sant’Ana (*ibid.*, p. 278); rua das Taipas — explicitando a razão da toponímia (*ibid.*, p. 48). A estas acrescenta a rua da Senhora de Agosto, designação anacrónica da rua das Tendras (*ibid.*, p. 276) e a rua de Mend’Afonso (*ibid.*, p. 13).

²⁰ Arnaldo Gama refere “(...) os toscos degraus de granito da escada, que descia dos Pelames para o Souto (...)” (*ibid.*, p. 53).

²¹ *Ibid.*, p. 157.

Identifica edifícios religiosos²², hospitais²³, enclaves como o bairro dos Judeus²⁴ ou a zona dos Pelames²⁵, equipamentos urbanos como a estalagem do Souto²⁶ e o chafariz da rua Nova²⁷; nomeia, ainda, os edifícios civis como a Cadeia²⁸, a Alfândega²⁹, a casa da Moeda³⁰, a casa da Bolsa³¹.

Ou seja, traça a paisagem urbana do burgo, ainda que rareiem pormenores³² que permitiriam captar a ambiência da Idade Média: limita-se a referir uma taberna³³, uma loja de alfaiate³⁴ e uma loja de armeiro³⁵.

Este espaço é tornado perceptível aos leitores pela correspondência a que o autor procede entre a toponímia e a morfologia do burgo medieval e as do Porto oitocentista³⁶.

Apesar desta abrangência espacial, a novela desenrola-se, sobretudo, em dois pólos preferenciais que correspondem à rua do Souto e imediações e à rua Nova.

O autor, no seu intuito de *dar vida à época*, explicita práticas e normas que têm lisibilidade no espaço. Numa novela em que as movimentações violentas de rua são recorrentes³⁷, concede especial destaque à manutenção

²² Convento dos Lóios — o autor esclarece que, ao tempo, ainda não tinha sido construído (*ibid.*, p. 13); Convento de S. Domingos (*ibid.*, p. 189); Sé (*ibid.*, p. 9) e o Paço do Bispo (*ibid.*, p. 135); Sinagoga (*ibid.*, p. 91).

²³ Hospital da Sr.^a da Silva (*ibid.*, p. 36); Hospital dos Palmeiros (*ibid.*, p. 99).

²⁴ *Ibid.*, p. 58.

²⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁶ *Ibid.*, p. 11.

²⁷ *Ibid.*, p. 229.

²⁸ *Ibid.*, p. 30.

²⁹ *Ibid.*, p. 146.

³⁰ *Ibid.*, p. 146.

³¹ *Ibid.*, p. 146.

³² Ao contrário dos espaços interiores e das roupas das personagens que Arnaldo Gama descreve, minuciosamente, cumprindo, aliás, uma das regras do romance histórico romântico de transmitir a “cor local”.

³³ *Ibid.*, p. 15.

³⁴ *Ibid.*, p. 15.

³⁵ *Ibid.*, p. 13.

³⁶ Apenas se adianta um exemplo: ao descrever o percurso espacial de uma personagem na cidade, Arnaldo Gama esclarece que: “(...) atravessou êle pelo sítio, onde a rua das Flores, que ainda então não existia, separa hoje a do Souto da dos Caldeireiros, e em seguida entrou nesta, a qual e a Ferraria de Cima ainda nessa época se chamavam ambas rua do Souto. A rua do Souto principiava então à esquina dos Pelames e acabava à porta da judiaria, a qual defrontava quasi com a porta do Olival, e ficava pouco mais ou menos, onde hoje é a cabeça da rua de S. Bento da Vitória (...)” (*ibid.*, pp. 12-13).

³⁷ *Ibid.*, pp. 17-18, 23 e ss., 158, 196, 205 e ss., 218 e ss., 234 e ss..

da ordem pública: menciona as características do policiamento — o giro da ronda³⁸, a guarda das portas³⁹; as condutas impostas às populações em momentos de alteração, como a de *sair ao apelido d'el rei*⁴⁰ — ou ainda o contingente urbano para a guerra — os besteiros do conto⁴¹; detém-se, inclusivamente, nas limitações de usufruto do espaço pelos habitantes do burgo⁴². Também refere manifestações festivas⁴³ e a própria obrigatoriedade de os vizinhos participarem nas intervenções urbanísticas⁴⁴.

Relativamente ao espaço e às práticas que nele se traduzem a leitura de Arnaldo Gama apenas se distingue da de um historiador pela forma assumida. As informações são maioritariamente precisas e a imaginação, funcionando porque as integra numa novela, não contagia, pela inexactidão, os factos que representa.

Mas o rigoroso tributo prestado a *Clio* esgota-se na minúcia com que o autor regista o cenário (não meramente espacial) onde se fixará a acção da novela. Quanto ao mais, o seu elevado grau de envolvimento opinativo com os acontecimentos e as realidades sobre que escreve exprime-se sem qualquer tipo de freio. Envolvimento que se transcreve em estratégias como o elogio, a simplificação, a crítica e o confronto com o presente.

Assim, o Porto de Quatrocentos é definido como “(...) a primeira terra comercial portuguesa e uma das mais comerciais da Europa dessa época (...)”⁴⁵. Um núcleo urbano aberto ao mundo⁴⁶, onde viviam cidadãos que manifestavam em “festejos magníficos”⁴⁷, a vitalidade do lugar.

A sociedade é caracterizada pelo recurso a binómios simplistas: comerciantes/gente pobre⁴⁸ mercadores e povo⁴⁹, ricos e pobres⁵⁰, comer-

³⁸ *Ibid.*, pp. 73 e ss..

³⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 26.

⁴¹ *Ibid.*, p. 48.

⁴² *Ibid.*, pp. 74 e ss.

⁴³ Festa do Espírito Santo e romaria de Matosinhos (*ibid.*, p. 179); festejos dos franciscanos (*ibid.*, p. 196).

⁴⁴ Caso da obrigação de os moedeiros contribuirem para as obras do muro (*ibid.*, p. 195).

⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 107.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 37.

ciantes/mesterais⁵¹. No entanto, nunca estas categorias são perspectivadas em situação oposicional.

Oposição, encontra-se, pelo contrário, no relacionamento povo/judeus, expressa nos sentimentos de ódio que o primeiro grupo vota ao segundo⁵². O autor considera, demoradamente, os judeus. Percorre a sua organização interna, as normas de conduta que lhes eram impostas⁵³, dando especial ênfase às regras de convivência com os cristãos⁵⁴ e aos vários estigmas a que estavam sujeitos⁵⁵. Explicita a situação deste grupo no reino antes da sua expulsão⁵⁶, critica — de forma veemente — as atrocidades que depois sofreu⁵⁷ e aproveita para fazer uma ponte com a actualidade⁵⁸.

O diálogo que a novela estabelece com o Porto do século XIX é contínuo. Estratégia que ultrapassa a função de permitir ao leitor percorrer o burgo medieval — como se verificara nas inócuas correspondências do espaço — para projectar críticas ao presente.

É o caso do longo capítulo dedicado à origem e funcionamento da *Bolsa* dos mercadores, organismo que cumpria o desígnio de ajudar os que sucumbissem ao risco inerente à actividade⁵⁹. Apesar dos já velhos

⁵¹ *Ibid.*, pp. 88, 104 e 195.

⁵² *Ibid.*, pp. 74, 114.

⁵³ *Ibid.*, p. 81.

⁵⁴ *Ibid.*, pp. 47, 74, 75.

⁵⁵ Refere, nomeadamente a “(...) espécie de estrela que as leis dessa época, de harmonia com os estúpidos e danosos preconceitos de então, obrigavam os judeus a trazer para os distinguir dos cristãos (...)” (*ibid.*, p. 12); cf., também, *ibid.*, pp. 81, 131.

⁵⁶ “(...) basta lançar um rápido olhar para a história da legislação posterior à reconquista cristã, para reconhecer que até ao tempo, em que Fernando V de Espanha conquistou Granada, e sobre as ruínas dela a sua cínica avareza levantou a primeira inquisição espanhola, os judeus estabelecidos para cá dos Pirineus gozaram favores e protecção, como em nenhum outro país encontravam (...)” (*ibid.*, p. 111).

⁵⁷ “(...) Mal diria então que os descendentes daqueles novos cristãos ainda haviam de ser espoliados, atormentados e queimados como judeus, tudo por não quererem satisfazer aos caprichos do fanatismo brutal do duro e irascível D. Frei Baltazar Limpo, que, por desgraça do cristianismo, foi bispo da Igreja do Porto (...)” (*ibid.*, p. 275-276).

⁵⁸ Caracteriza o espírito da época como “fanático e intolerante” (*ibid.*, p. 112) acrescentando: “(...) Fortes governos aqueles que alimentavam nas populações estas cismas! Já eles nos têm custado os trabalhos, porque temos passado de 1820 até hoje (...)” (*ibid.*, p. 114).

⁵⁹ A bolsa era “(...) uma verdadeira corporação de negociantes, uma verdadeira associação comercial (...). O seu fim principal era a acumulação de um fundo ilimitado (...) servia para pensionar qualquer comerciante que caía na miséria, e sobretudo para salvar da ruína aqueles, a quem um desastre imprevisto causasse prejuízos, de que ela podia resultar (...)” (*ibid.*, pp. 145).

pergaminhos que a instituição teria no século XV⁶⁰, esta sedeava numa despreziosa casa medieval⁶¹. A realidade de Oitocentos era substancialmente diferente. A corporação abrigava-se agora num “majestoso e imponente edifício”⁶², não tendo descurado, pode acrescentar-se, o investimento na opulência decorativa como o recentíssimo (ao tempo) salão árabe demonstrava. O romancista salienta que o seguro da actividade comercial estava acometido a organismos com propósitos naturalmente diversos dos da antiga *Bolsa*: os bancos⁶³.

Arnaldo Gama dirige-se aos membros da Associação Comercial Portuense exortando-os a orgulharem-se da “remota antiguidade” da instituição. Filia, aliás, em referentes medievais certas práticas de convivência comercial coevas. Assim, explica o hábito de os negociantes preferirem a rua dos Ingleses (antiga rua Nova) ao edifício da Bolsa para concluírem os seus negócios, pelo facto de essa artéria servir, já na Idade Média, de espaço de reunião aos mercadores⁶⁴.

Previsivelmente, a consideração do poder autárquico — um tema caro aos românticos, sobretudo a Herculano — não podia ausentar-se deste quadro acerca do burgo de Quatrocentos.

Denunciando um notável conhecimento das fontes quatrocentistas, Arnaldo Gama explicita a orgânica concelhia: distingue entre as sessões restritas — onde acediam apenas os oficiais eleitos e os homens bons — e as assembleias alargadas abertas a todo o povo, ressaltando, com acutilância, que nem todos estariam presente⁶⁵. Contudo, e estranhamente para quem domina tão bem os documentos municipais, avança que era no mosteiro de S. Domingos que as reuniões habitualmente decorriam⁶⁶.

⁶⁰ A bolsa (...) principiou a funcionar logo nos primeiros anos da monarquia portuguesa (...)” (*ibid.*, p. 146).

⁶¹ *Ibid.*, p. 147.

⁶² *Ibid.*, p. 147.

⁶³ “(...) Os bancos pretenderam depois suprir mais racionalmente aquela instituição primitiva (...) à sua instituição presidiu um pensamento egoísta a que as antigas Bôlsas eram inteiramente alheias e que no modo, porque eles beneficiam, há muito menos grandeza e generosidade do que deveras havia no delas (...)” (*ibid.*, p. 145).

⁶⁴ *Ibid.*, p. 147.

⁶⁵ Na descrição de uma reunião camarária elenca a presença dos oficiais, homens bons e procuradores dos mesteres, acrescentando que: “(...) Além dêles, assistia, às vezes, e deliberava, por votos nas sessões, todo o povo da cidade, que a câmara mandava convocar por pregão para ir dar o seu parecer sôbre certos casos de maior importância. Já se vê que o povo não ia todo, mas ia sempre muita gente, como se depreende de diferentes sessões da câmara, em que isto se acha mencionado (...)” (*ibid.*, p. 352).

⁶⁶ *Ibid.*, p. 205.

O autor não dissocia os poderes autárquico e comercial. Pelo contrário, evidencia uma actuação conjunta, quanto mais não seja porque os seus elementos maioritariamente se sobrepõem e os objectivos que pretendem atingir se confundem⁶⁷. Mas, ainda que saliente a preponderância dos mercadores na titularidade dos órgãos autárquicos, alarga o espectro dos que neles têm assento a “todas as classes”⁶⁸. Um alargamento necessário para sustentar a sua conclusão: “(...) Isto prova, como mais se não pode provar, os sentimentos de liberdade e igualdade, que dominavam muito naturalmente os habitantes do Porto naquela época. Hoje é preciso confessar e dizer, embora com dor — Quantum mutati ab illis!! (...)”⁶⁹. O romancista força a “democraticidade” no acesso ao poder municipal na Idade Média para, confrontando com a sua época, lamentar a mudança.

Mas que papel atribui o autor ao povo?

Arnaldo Gama é comumente considerado um especialista do relato da movimentação das massas; apetência que, inclusive, originou um debate entre os que lhe conferiam uma consciência classista e os que atribuíam essa propensão à *piedade* que se vota aos *pobres, humilhados e oprimidos*⁷⁰.

O povo em movimento pelas ruas do Porto dá cor ao romance. Mas o violento ataque a Rui Pereira não aparece narrado como uma iniciativa popular mas como a resposta a uma manipulação do “senado e do comércio”. Os poderes constituídos acicatam a agressividade do povo — já de si predisposto para tal⁷¹ — e canalizam-na para os seus intentos. De facto, a presença de Rui Pereira no burgo causava essencialmente “(...) grande dano (...) aos intêresses dos mercadores da cidade (...)”⁷².

Na descrição do processo do arroído apreende-se uma sábia jogada da câmara para que o burgo se mantenha dentro da ordem, denunciando a

⁶⁷ Refere, nomeadamente, a “(...) conjuração do senado e do comércio para lhe tolerarem (a Rui Pereira) mais estada do que a permitida pelo antigo costume (...)” (*ibid.*, p. 191).

⁶⁸ “(...) os membros da câmara, que eram de eleição, pertenciam quasi sempre à classe comercial; mas também e não poucas vezes se acham tirados dentre os membros das outras indústrias como sapateiros, alfaiates, tanoeiros, etc.; Os homens bons eram escolhidos de todas as classes, advogados, tabeliães, sapateiros, padeiros, alfaiates, marinheiros, bainheiros, etc. (...)” (*ibid.*, p. 352).

⁶⁹ *Ibid.*, p. 352.

⁷⁰ Cf. Carlos de Passos, *Prefácio* à edição de 1950 da obra em análise.

⁷¹ Assim, os oficiais deixam passar a festa do Espírito Santo e a romaria de Matosinhos que ocupava os espíritos do povo para “(...) depois terem à sua disposição todo o fervor dos ânimos populares (...)” (*ibid.*, p. 191).

⁷² *Ibid.*, pp. 107, 108.

maturidade política dos oficiais do concelho, visível na encenação de legalidade rotulada pelo autor de “comédia”⁷³.

É esta a imagem que Arnaldo Gama transmite acerca do Porto medieval: o espaço, as práticas, a sociedade, a economia, a organização política, o papel das massas.

A novela parece balançar entre a preocupação científica de produzir conhecimento e o imperativo cívico de actuar na sociedade contemporânea, servindo-se, para tal, do contraste entre duas épocas de uma mesma cidade⁷⁴, com quatro séculos de permeio.

Contudo, o romancista não recria, acriticamente, uma Idade Média idealizada. A censura a comportamentos assumidos por homens do passado — a expulsão dos judeus, por exemplo — ombreia com a admiração votada a instituições medievais como a *Bolsa* dos mercadores e a organização do poder autárquico. Aliás, o apego à Idade Média não é obsessivo neste autor, uma vez que os seus vários romances históricos não a têm por horizonte cronológico exclusivo, antes contemplam uma pluralidade temporal. Assim vejamos. Se n’ *O Bailio de Leça* opta pelo o século XIV e n’ *O filho do Baldaia* retoma o século XV, já n’ *A caldeira de Pero Botelho* se detém no século XVI, n’ *Um motim de há Cem anos* escolhe o séc. XVIII e n’ *O Sargento Mor de Vilar* e n’ *O Segredo do Abade*, o século XIX.

Sem constituir um vector único de apreensão dos seus romances, é possível adiantar que Arnaldo Gama elege situações históricas paradigmáticas que cristalizam manifestações do carácter dos portuenses.

Retenham-se as suas palavras dirigidas a quem, no futuro tentar escrever “(...) uma História dos feitos, costumes, e foros do Pôrto, (...) que esclarece e demonstra o motivo, porque os habitantes do Pôrto têm como que de natureza, como princípio essencial no sangue, o espírito liberal, que em todas as épocas fêz dêles os indomáveis batalhadores da liberdade portuguesa. Quem estudar a nossa organização municipal até aos princípios do século XVI, quem reconhecer a reacção permanente contra o absolutismo dos reis, em que esteve o Pôrto desde 1518, em que (...) D. Manuel (...) nos roubou os mais preciosos e liberais privilégios que tínhamos, há-de concluir

⁷³ Durante a sessão camarária em que se decide abordar o problema da aposentadoria do Rui Pereira e face à postura exaltada de um oficial “(...) os outros vereadores acreditaram porém que a sociedade começava a reger-se por certas fórmulas e convenções que era necessário respeitar. A comédia fora portanto decidida (...)” (*ibid.*, p. 206).

⁷⁴ Saldando-se tal confronto em contundentes críticas ao século XIX — cf. por exemplo, *ibid.*, pp. 22-23, 62-63, 79, 248, 250.

forçosamente, que os descendentes daqueles independentes e indomáveis homens livres, haviam necessariamente de ser o que até hoje têm sido para a liberdade de todo o país (...)”⁷⁵.

Mas quando terá emergido este alegado espírito liberal?

É certo que Arnaldo Gama é pródigo em utilizar o advérbio *sempre*⁷⁶. No entanto, é possível destacar, a partir do seu discurso, momentos de fixação da índole dos portuenses. Assim, esta cimentou-se pelo efeito de antagonismos vários que tiveram os bispos, os fidalgos, os monarcas e os oficiais da coroa por objecto.

Como o autor explica numa nota que se prolonga por nove páginas, tal espírito encontrava-se em fermentação entre “os independentes e rudes habitantes do burgo” desde a doação do mesmo por D. Teresa ao bispo D. Hugo, em 1120; projecta-se na “famosa revolução contra D. Martinho Rodrigues”⁷⁷ que, segundo ele “(...) pôs de pé, para sempre, o espírito liberal e corajosamente independente dos habitantes do Porto (...)”⁷⁸.

A história da cidade, até 1405, data da passagem para o senhorio régio, é a da luta dos “indómitos e libérrimos vassallos” contra os seus senhores — os bispos —, com a mediação a contento do burgo feita pelos reis.

Relativamente aos fidalgos a oposição da cidade é permanente, não constituísse a norma da não aposentadoria o privilégio mais arreigadamente proclamado⁷⁹.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 351.

⁷⁶ Por exemplo, face a certas pretensões do alcaide mor, consideradas abusivas pelo burgo: “(...) Opôs-se-lhe in-continente a cidade com igual violência e com a indomável e altiva pertinácia, que foi sempre em tôdas as épocas o característico invariável do espírito independente e liberal dos burgueses do Porto (...)” ou ainda “(...) o Pôrto ... foi atacado por um daqueles frequentes acessos de indomável birra e pertinácia, com que, a certos espaços, estava sempre de pé contra qualquer coisa que lhe cheirasse a senhorio de pessoa que lhe fosse estranha (...)” (*ibid.*, p. 291)

⁷⁷ Sabe-se que este prelado esteve à frente da diocese do Porto entre 1191 e 1235, tendo-se envolvido em graves contendas com o rei e certos burgueses. Herculano considera que estes últimos agem em representação do concelho, referindo-se a uma “conjunção municipal” e a um “levantamento popular” (*História da Cidade do Porto*, I, pp. 180 e ss.). Como se vê, Arnaldo Gama vai mais longe, rotulando os distúrbios de “revolução”.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 289.

⁷⁹ Profusamente referido no texto de Arnaldo Gama, por exemplo: “(...) Rui Pereira sabia muito bem, sabia-o até por experiência de família que os burgueses do Pôrto não eram para graças, e que não tinham nem medo nem respeito a fidalgos, como quem deles levava sempre a melhor, quer em brigas quer em demandas na corte d’el rei (...)” (*ibid.*, p. 182). Cf., também *ibid.*, pp. 88, 99, 107, 186, 188 e 207.

Quanto ao relacionamento entre o Porto e a coroa sucedem-se a episódios de unísono e de dissensões várias, quer directamente com os monarcas, quer com oficiais seus⁸⁰. Detecta-se nas páginas da *Ultima Dona* um orgulho cívico, que por vezes toca as raias da irreverência — e que é adjectivado por Arnaldo Gama como “altaneiro”⁸¹. Tal postura consubstancia-se na adopção pela câmara de uma independência que ultrapassa a permitida pelo sistema político vigente⁸². Orgulho que se exprime, também, numa intervenção urbanística de grande envergadura da qual os reis assumem, tradicionalmente, a paternidade. A rua Nova foi construída à custa da cidade, rectifica Arnaldo Gama, “(...) despesa para que el-rei não deu mealha (...)”⁸³. O Porto é uma cidade ciosa dos seus privilégios⁸⁴, mas também sabe deles abdicar, temporariamente, sacrificando-os em prol do reino⁸⁵; aliás, em prol do reino luta também com armas, levando

⁸⁰ Cf. nota 76.

⁸¹ “(...) espíritos altaneiros dos liberais burgueses do Porto (...)” (*ibid.*, pp. 278/279); “(...) O Porto, a terra essencialmente liberal, o Pôrto que desde tempos imemoriais não consentia que lhe pusessem a mão na bôca e lhe travassem a respiração, o Pôrto que dizia aos reis *sim* ou *não*, com desassombro e com altivez ... libérrimo espírito, que foi sempre essencial dos habitantes do Porto (...)” (*ibid.*, p. 62); “(...) esta não é terra com quem se joguete sem troco: que é grande povoado, grosso em riquezas, e forte em homens orgulhosos de seus privilégios, e ademais volteiros e esforçados (...) Esta não é gente, que a brados e roncões meta a cabeça entre os ombros (...)” (*ibid.*, p. 186).

⁸² Adiantam-se alguns exemplos: “(...) Num daqueles audaciosos acórdãos em que o espírito independente e liberal da cidade se colocou tantas vezes acima do poder supremo do rei, passou uma sentença (...)” e “(...) Os ânimos altaneiros da gente do Porto não eram para sofrer pacientemente este desaire (...)” (*ibid.*, p. 292); “(...) O audacioso acórdão da câmara era uma luva de insólita provocação lançada pelos indómitos burgueses ao poder supremo d’el rei (...)” (*ibid.*, p. 293); “(...) respeito com que el-rei acatava os altaneiros burgueses do Porto (...)” (*ibid.*, p. 294). O referido espírito “altaneiro” dos portuenses poderá também ser apreendido nas palavras de uma personagem que, quando questionado sobre a ordenação que impedia a Rui Pereira tratar da sua fazenda no Porto responde “(...) Que ordenação! A cidade é nossa e não desse aleivoso ... Esta é a ordenação e não outra (...)” (*ibid.*, p. 149).

⁸³ *Ibid.*, pp. 14 e 289.

⁸⁴ Nas palavras do romancista: “(...) cidade heroicamente ciosa, ciosa como nenhuma outra, dos seus foros, privilégios e liberdades” (*ibid.*, p. 10); cf. também *ibid.*, pp. 37, 191 e 244.

⁸⁵ Face à doação da alcaidaria-mor da cidade a João Rodrigues de Sá, o das galés, “(...) O Pôrto estremeceu a êste quebrantamento do seu direito; mas, empenhado como estava na vitória da nossa independência, e ademais apreciando perfeitamente os motivos que obrigavam o seu amigo, D. João I, a tal infracção, sujeitou-se sem reagir, confiando do tempo a desforra (...)” (*ibid.*, p. 290).

a que Arnaldo Gama a defina com o conceito anacrónico de “patriota”⁸⁶. Por último, em prol do reino, despende largas somas⁸⁷.

Na verdade, estamos perante tópicos já utilizados no século XV pelos autarcas portuenses. O romancista coloca, inclusivamente, na boca do juiz da cidade, o texto dos famosos capítulos especiais do Porto de 1436⁸⁸, a formalização mais completa do discurso do poder concelhio do burgo quatrocentista⁸⁹.

Arnaldo Gama veicula a mensagem de que o espírito liberal dos portuenses, inegavelmente expresso no século XIX, existia desde tempos recuados, era quase inato ao seu carácter, quase a-histórico. Adepto de um romantismo tripeiro, o autor não exalta valores nacionais mas locais⁹⁰, servindo-se para tanto da eloquente história da cidade. Actualiza características de um certo discurso que ainda hoje perdura: o Porto enquanto reduto de liberdade (ou liberdades consoante a época), implacável na defesa dos seus valores, um quase messias que sempre salvará a independência do reino.

⁸⁶ Cf. “coragem e patriotismo” da cidade em feitos de armas (*ibid.*, p. 22). Não é o único exemplo de anacronismo. Arnaldo Gama, na sua ânsia de caracterizar o carácter dos portuenses, recorre a uma liberdade de expressão que cruza conceitos anacrónicos: é o caso de “infanções democratas do Porto” (*ibid.*, p. 12). É relativamente fácil desmontar a construção desta expressão: de facto, nos privilégios dos cidadãos do Porto, considera-se que estes ficam equiparados em termos de estatuto aos infanções (cf. *Privilégios dos cidadãos da Cidade do Porto*, introdução de Armando de Castro, Lisboa, INCM, 1987).

⁸⁷ “(...) D. João I pagava ao Pôrto os muitos sacrifícios, que por êle fizera, e estava fazendo (...)” (*ibid.*, p. 290). Há também referência aos empréstimos “(...) com que a câmara (do Porto) socorria o senhor D. Nuno para poder pagar sua hoste (...)” (*ibid.*, p. 166). Nas palavras de uma personagem que integra os homens do poder portuense, relativamente a D. Afonso V “(...) não há hi pedido de empréstimo, nem tôda a mais despesa, a que lhe tenhamos dito que não (...)” (*ibid.*, p. 149); “(...) A generosa cidade do Pôrto ainda para mais esta despesa abriu a sua já opulenta bolsa; cumpre notar aqui que não foi esta a única vez, nem Afonso V o único rei, que recorreu, ainda nos apuros mais puramente particulares, à rasgada generosidade dos vereadores e homens bons do concelho do Porto (...)” (sobre financiamento da viagem do Baldaia“ (*ibid.*, p. 333).

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 149, 212, 215.

⁸⁹ Cf. Adelaide Millán da Costa, “O discurso político dos homens do concelho portuense na época medieval”, in *Actas do colóquio internacional Discursos de Legitimação*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

⁹⁰ Romances de outros autores coevos evocam períodos de aceleração da vida portuense; é o caso das obras de Coelho Lousada, *A Rua Escura* publicado em 1856 e *Os tripeiros*, dado à estampa em 1857 (Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal...*, p. 85).